



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639873 - PR (2021/0011310-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : DIONE WELINGTON DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : JÉSSICA CAMILO RAMOS RODRIGUES - PR091986
DIONE WELINGTON DA SILVA - PR093119
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : KHAMMYLLA KHEVVENNYA CAMILO RIBEIRO DA LUZ (PRESO)
CORRÉU : FERNANDO YAMAMOTO SALLES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de KHAMMYLLA KHEVVENNYA CAMILO RIBEIRO DA LUZ em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0074519-27.2020.8.16.0000).

A paciente encontra-se preventivamente presa pela suposta prática dos delitos tráfico ilícito de entorpecentes e associação criminosa.

Sustentam os impetrantes a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a supedanejar o decreto preventivo e na negativa de concessão da prisão domiciliar à paciente, uma vez que seria genitora de 2 (duas) crianças, sendo uma de 8 (oito) anos e outra de 14 (catorze) anos, totalmente dependentes da mãe.

Defendem, ainda, a necessidade de mitigação do enunciado 691 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, por manifesta ilegalidade da decisão atacada, carecedora de fundamento jurídico.

Requer a concessão da medida liminar, convertendo a custódia preventiva em prisão domiciliar, nos termos dos arts. 318, incisos V, e 319, incisos I, II, III, IV, V e IX, do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), pois não foi examinada pela Corte de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originariamente impetrado.

A jurisprudência deste Sodalício firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo o caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstram os seguintes precedentes:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do

Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

(HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se, também, a Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal:

"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer do habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal inferior, indefere a liminar."

No caso, não se visualiza, em juízo sumário, manifesta ilegalidade a afastar a incidência do referido óbice sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21 inciso XIII, alínea c, c/c o art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência